

Saúde: em 1982 ocorreram 24 casos de febre amarela

BRASÍLIA (O GLOBO) — Este ano foram registrados 24 casos de febre amarela no Brasil, o que representa um aumento de 90 por cento em relação a 1981. A alta incidência da doença decorre de uma epidemia identificada no início do ano em Mato Grosso do Sul, segundo relatório do Ministério da Saúde.

Nos últimos 21 anos foram registrados no País 271 casos de febre amarela e o índice de óbitos foi superior a 75 por cento. A doença é transmitida pelo mosquito "*Aedes Aegypti*" e apresenta-se sob a forma silvestre e urbana.

Segundo o relatório do Ministério, em 1982 a infestação do mosquito vetor foi controlada no Rio Grande do Norte, sendo mantida vigilância para detectar focos residuais ou reinfestações. Também foi identificado e controlado o surgimento do vetor nas cidades de Boa Vista e Caracaraí, em Roraima.

Espera-se para breve a erradicação do "*Aedes Aegypti*" em Salvador, Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Porã (MS). No Rio de Janeiro, as atividades de erradicação do vetor são submetidas a uma revisão crítica, pois, segundo o relatório, as características de grande metrópole fazem com que pouco progresso tenha sido obtido este ano.

Cerca de 2,7 milhões de vacinas contra a febre amarela foram apli-

cadadas em 1982, como a imunização é a única forma conhecida de controlar o mal, o Ministério da Saúde considera essencial a vacinação de pessoas que vivem ou se dirigem para as áreas endêmicas: Zonas da Mata das Regiões Norte e Centro-Oeste.

RECURSOS

A Superintendência Nacional de Campanhas de Saúde Pública terá no próximo ano Cr\$ 2,8 bilhões para o controle à febre amarela. Estão previstas ações para reduzir a incidência da doença na forma silvestre e erradicar o vetor nas regiões urbanas.

Segundo o documento do Ministério da Saúde, a única forma eficaz e permanente de evitar o risco de epidemia de dengue e febre amarela urbana (erradicada no Brasil desde 1942) é a erradicação do mosquito transmissor. Destaca-se ainda a necessidade de todos os países da América Latina lutarem por este objetivo, sob o risco de ocorrer reinfestações.

"A erradicação é possível, factível e recomendada pois não se pode manter um programa permanente de ataque ao mosquito, tendo em vista o alto volume de recursos necessários, principalmente em pessoal, e o risco de resistência ao inseticida, no correr do tempo", observa o documento.